

Mobilidade transatlântica e estudos indígenas: Uma análise das teses em Portugal

Transatlantic mobility and indigenous studies: An analysis of doctoral theses in Portugal

Mobilité transatlantique et études autochtones: Une analyse des thèses au Portugal

Kenia Adriana Reis e Silva^{[a]*}, Luciana Ribeiro Conz^[b], Maria José Magalhães^[c], Margarida Louro Felgueiras^[a], Susana Coimbra^[d] & Luciana Maria Maia^[e]

^[a] CIIE-Centro de Investigação e Intervenção Educativas, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade do Porto, Porto, Portugal.

^[b] Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Porto Velho, Brasil.

^[c] Centro Interdisciplinar de Estudos de Gênero, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade do Porto, Porto, Portugal.

^[d] CPUP-Centro de Psicologia da Universidade do Porto, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade do Porto, Porto, Portugal.

^[e] Universidade de Fortaleza – UNIFOR, Fortaleza, Brasil.

Resumo

Este artigo propõe uma análise da mobilidade transatlântica no contexto académico, com ênfase nas teses de doutoramento produzidas em instituições de ensino superior de Portugal, no âmbito dos estudos indígenas. A pesquisa investiga a contribuição de investigadores/as para o campo dos estudos indígenas, examinando as perspectivas teóricas adotadas e os temas abordados nas teses, ao longo de 10 anos (2013–2023). Utilizando uma revisão sistemática, o estudo analisa teses encontradas nos Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal, com o objetivo de investigar o que tem sido produzido nas pesquisas académicas sobre os povos indígenas em Portugal. A partir dessa análise refletimos sobre a mobilidade transatlântica, os saberes transfronteiriços e as perspectivas críticas e emergentes, tentando compreender o grau de comprometimento das temáticas e as abordagens teórico-metodológicas adotadas com a transformação social e a valorização dos povos indígenas. Ao examinar o intercâmbio de ideias e metodologias entre diferentes contextos culturais e académicos, a pesquisa evidenciou a importância da mobilidade transatlântica na promoção de uma ciência mais plural, inclusiva e capaz de dialogar com as necessidades e saberes dos povos indígenas. **Palavras-chave:** mobilidade transatlântica, estudos indígenas, revisão sistemática, saberes transfronteiriços

Abstract

This article presents an analysis of transatlantic mobility within the academic context, focusing on doctoral theses produced in higher education institutions in Portugal, specifically in the field of Indigenous Studies. The research aims to explore the contributions of researchers to the field, examining the theoretical perspectives adopted and the topics addressed in these theses over 10 years (2013-2023). Through a systematic review, the study analyses theses found in

* Correspondência: up201801952@fpce.up.pt



Portugal's Open Access Scientific Repositories, seeking to investigate the academic output related to Indigenous peoples in the country. This analysis aims to reflect on transatlantic mobility, cross-border knowledge, and critical and emerging perspectives, evaluating whether the themes and theoretical-methodological approaches employed are genuinely committed to social transformation and the recognition of Indigenous peoples. By examining the exchange of ideas and methodologies across different cultural and academic contexts, this research seeks to highlight the importance of transatlantic mobility in fostering a more pluralistic and inclusive science that engages with the needs and knowledge of Indigenous peoples.

Keywords: transatlantic mobility, indigenous studies, systematic review, cross-border knowledge

Résumé

Cet article propose une analyse de la mobilité transatlantique dans le contexte académique, en mettant l'accent sur les thèses de doctorat produites dans les établissements d'enseignement supérieur au Portugal, dans le domaine des études autochtones. La recherche vise à explorer la contribution des chercheurs et chercheuses à ce champ d'études, en examinant les perspectives théoriques adoptées et les thèmes abordés dans ces thèses au cours de 10 ans (2013–2023). En s'appuyant sur une revue systématique, l'étude analyse les thèses disponibles dans les Répertoires Scientifiques en Libre Accès du Portugal, afin d'examiner les productions académiques relatives aux peuples autochtones dans le pays. À partir de cette analyse, nous cherchons à réfléchir sur la mobilité transatlantique, les savoirs transfrontaliers et les perspectives critiques et émergentes, en évaluant si les thématiques et approches théoriques et méthodologiques adoptées sont véritablement engagées dans la transformation sociale et la valorisation des peuples autochtones. En examinant les échanges d'idées et de méthodologies entre différents contextes culturels et académiques, cette recherche aspire à démontrer l'importance de la mobilité transatlantique dans la promotion d'une science plus plurielle, inclusive et apte à dialoguer avec les besoins et savoirs des peuples autochtones.

Mots-clés: mobilité transatlantique, études autochtones, revue systématique, savoirs transfrontaliers

Introdução

Este artigo propõe uma análise da mobilidade transatlântica, com foco no mapeamento das teses de doutoramento produzidas, na última década, nas instituições de ensino superior em Portugal no campo dos estudos indígenas. Considerando o crescente intercâmbio acadêmico entre Brasil e Portugal, o estudo busca compreender como essa mobilidade tem influenciado a produção científica neste domínio. Dessa forma, o objetivo central é investigar o que tem sido produzido academicamente sobre os povos indígenas, buscando identificar tendências, lacunas e avanços nesse campo específico de investigação.

Assim, buscamos compreender como a mobilidade transatlântica tem influenciado a produção acadêmica sobre os povos indígenas, especialmente no que diz respeito à circulação e ao reconhecimento desses saberes. Exploramos, nesse contexto, a emergência dos chamados saberes transfronteiriços – conhecimentos que atravessam fronteiras geográficas, culturais e epistemológicas – e como as perspectivas críticas e emergentes vêm sendo incorporadas nas teses analisadas. Essa abordagem possibilita a reflexão sobre o intercâmbio de saberes e as possibilidades de colaboração entre pesquisadores/as de diferentes contextos culturais, contribuindo para a construção de uma academia mais plural e comprometida com a justiça epistêmica.

Para orientar essa análise, foram definidas três categorias principais: *Mobilidade Transatlântica*, *Saberes Transfronteiriços* e *Perspectivas Críticas e Emergentes*. Para aprofundar essa reflexão, recorreremos a autores/as que ajudam a compreender os atravessamentos teóricos e epistemológicos envolvidos nesse cenário. Gilroy (1993), Hall (1990) e Pratt (1992) contribuem para pensar a *Mobilidade Transatlântica*, destacando como a

transculturização e os saberes indígenas promovem resistência e novas produção de conhecimento. A categoria *Saberes Transfronteiriços* permite analisar como os conhecimentos indígenas circulam entre contextos, com base em Mignolo (2013, 2015), com a descolonização do saber, e Anzaldúa (1987), que discute identidades híbridas e resistência cultural. Já a categoria *Perspectivas Críticas e Emergentes* busca compreender os avanços para além da representação simbólica dos povos, apoiando-se em Said (2011), Spivak (2014) e Smith (2019).

Com base no enquadramento teórico e nas categorias analíticas previamente apresentadas, adotou-se uma estratégia metodológica baseada em revisão sistemática da literatura, seguindo os modelos de Ferenhof e Fernandes (2016) e de Petticrew e Roberts (2006), com o objetivo de mapear e sistematizar a produção acadêmica sobre povos indígenas em Portugal. A busca foi realizada nos Repositórios Científicos de Acesso Aberto e bibliotecas digitais de instituições de ensino superior, utilizando os termos “indígena”, “índio” e “originário”. Foram analisadas teses de doutoramento produzidas entre 2013 e 2023, permitindo uma visão ampla sobre como os saberes indígenas têm sido abordados no meio acadêmico português.

Os resultados indicam que a mobilidade transatlântica tem influenciado a produção acadêmica relacionada aos povos indígenas, ao mesmo tempo em que evidencia certas limitações na forma como os saberes indígenas são reconhecidos e incorporados. Ao considerar esses elementos, o estudo busca contribuir para uma reflexão ampliada sobre a valorização dessas epistemologias no campo científico.

1. Contextualização teórica: Diálogo transatlântico

A mobilidade transatlântica, segundo Parreira do Amaral (2010), destaca-se como um fenômeno expressivo no campo acadêmico, ao promover a troca de conhecimentos entre países e continentes. De acordo com o autor, esse intercâmbio amplia as fronteiras do saber, enriquecendo o debate científico e possibilitando novas perspectivas e abordagens na pesquisa.

No contexto da mobilidade transatlântica entre Brasil e Portugal, essa dinâmica adquire um papel significativo para os estudos voltados às populações indígenas, sobretudo devido às especificidades históricas e culturais que marcam essa relação. A circulação de pesquisadores/as, ideias e referenciais teóricos entre os dois países pode favorecer a ampliação dos debates acadêmicos, ao mesmo tempo em que demanda atenção às assimetrias de poder herdadas de processos históricos, como a colonização. Tais assimetrias podem influenciar a forma como saberes indígenas são reconhecidos, interpretados e incorporados no meio científico, o que exige uma abordagem crítica e reflexiva por parte da pesquisa.

Nas sessões seguintes, abordamos essas questões à luz do referencial teórico adotado, com o objetivo de refletir sobre os modos de produção de conhecimento no contexto da mobilidade acadêmica.

1.1. Travessias epistêmicas: Saberes indígenas e a mobilidade transatlântica

De acordo com o sociólogo Paul Gilroy (1993), o Atlântico não é apenas um espaço geográfico, mas um campo transnacional onde culturas historicamente subalternizadas se hibridizam e resistem às narrativas

dominantes da modernidade ocidental. Em *O Atlântico Negro*, o autor propõe que sujeitos em mobilidade acadêmica não apenas reproduzem os saberes ocidentais, mas também os transformam, criando novas significações críticas. Essa possibilidade de reinvenção ocorre em meio a tensões, que Gilroy analisa a partir da ideia de “modernidade dupla”, inspirada na “dupla consciência” de W. E. B. Du Bois (1903/1970): uma condição vivida por grupos marginalizados que os leva a enxergar simultaneamente pelos olhos do colonizador e do colonizado.

Para Gilroy (1993), essa ambiguidade evidencia as contradições do Iluminismo, que pode ser tanto ferramenta de emancipação quanto de contenção. Essa leitura da modernidade fragmentada abre espaço para pensar a crítica como prática de deslocamento e reinvenção epistêmica. Ainda que centrada na diáspora africana, sua abordagem oferece pistas importantes para compreender os saberes indígenas em circulação transatlântica, marcados por tensões entre marginalização e resistência.

Tais reflexões dialogam com Stuart Hall (1990), que entende a identidade como um processo em constante transformação. Ao rejeitar essencialismos, Hall propõe o “hibridismo cultural” como chave para compreender como culturas minoritárias resistem, adaptam-se e reconfiguram sentidos em contextos de dominação. Seu conceito de “identidade fragmentada”, em sintonia com Gilroy (1993), destaca as contradições que moldam as experiências culturais de grupos subalternizados. No campo dos estudos indígenas, essas ideias ajudam a pensar os entrelugares epistêmicos onde tradições ancestrais dialogam com referências globais, criando formas de resistência e reexistência diante das lógicas coloniais.

1.2. Além das fronteiras do saber: Perspectivas críticas e emergentes

Entendemos por perspectivas críticas e emergentes as escolhas teórico-metodológicas que abrem caminhos para a transformação, desafiando as estruturas tradicionais de produção de conhecimento e propondo novas formas de pensar, investigar e compreender o mundo; desafiando os paradigmas ocidentais, eurocêtricos e coloniais ainda predominantes na academia. Tais perspectivas não apenas respondem aos impasses das epistemologias dominantes, mas propõem alternativas comprometidas com a inclusão, a diversidade e a justiça epistêmica, trazendo para o centro saberes e experiências historicamente marginalizadas.

Partimos da perspectiva do crítico literário palestino Edward Said (2011), que argumenta que o conhecimento ocidental foi historicamente utilizado como ferramenta de dominação colonial, produzindo imagens do “Outro” que legitimam relações desiguais de poder. Esse enquadramento ajuda a entender como os saberes indígenas foram moldados, silenciados ou distorcidos no interior da lógica colonial. Da mesma forma, a ciência moderna, especialmente no contexto colonial, produziu narrativas sobre os povos indígenas que não apenas ignoraram suas epistemologias, mas também as reconfiguraram dentro de moldes eurocêtricos, frequentemente colaborando com processos de exploração e apagamento cultural.

Aprofundando essa discussão, a teórica indiana Gayatri Chakravorty Spivak (2014), a partir da representação do/a subalterno/a, amplia esse debate. Para a autora, as vozes da população subalternizada são silenciadas por discursos dominantes que não apenas ignoram, mas também distorcem as suas

experiências e realidades. Ela questiona se é possível realmente representar os interesses da população subalternizada, uma vez que essas representações muitas vezes são feitas por aqueles/as que detêm o poder. Sua crítica nos convida a pensar a mobilidade acadêmica transatlântica como espaço ambivalente, onde o risco de apagamento simbólico permanece mesmo nas iniciativas de valorização dos povos indígenas.

É nesse ponto que a contribuição de Linda Tuhiwai Smith (2019), professora e investigadora Maori da Nova Zelândia, se torna fundamental. Em sua proposta de descolonização das metodologias de pesquisa, Smith defende uma prática ética e politicamente comprometida, que reconheça os povos indígenas não como objetos de estudo, mas como sujeitos epistêmicos ativos. Para tanto, é necessário deslocar os referenciais eurocêntricos e criar metodologias que se articulem com os modos próprios de conhecer, narrar e pesquisar desses povos.

1.3. Pensamento fronteiriço e saberes transfronteiriços: Resgatando identidades e epistemologias na liminaridade

Compreendemos como saberes transfronteiriços aqueles que se referem a uma abordagem que ultrapassa limites rígidos (sejam eles geográficos, culturais, epistemológicos ou disciplinares) para abordar questões de forma integrada e abrangente. Eles desafiam fronteiras fixas, incentivando diálogos, interações e trocas que ampliem perspectivas e criam novos entendimentos em espaços de interseção.

Partimos da ideia de “pensamento fronteiriço” proposta pelo teórico argentino Walter D. Mignolo (2015) que nos oferece uma lente para analisar as interações entre saberes indígenas e acadêmicos ocidentais. Nas palavras do autor,

O pensamento fronteiriço é a condição necessária para que existam os projetos de desocidentalização e decolonialidade; no entanto, eles diferem radicalmente em seus respectivos objetivos. É uma condição necessária porque afirmar a desocidentalização implica pensar e argumentar em uma situação de exterioridade em relação à própria ocidentalização moderna. A exterioridade não é algo externo ao capitalismo e à civilização ocidental, mas sim o “fora” que é criado no processo de construção do “dentro”. (p. 466)

Portanto, de acordo com Mignolo (2013), o pensamento fronteiriço emerge das experiências de migração, rompendo com as epistemologias imperialistas da modernidade e criando espaço para que saberes indígenas circulem entre Brasil e Portugal como formas de resistência e transformação. Esse trânsito revela a localização geo-histórica do corpo indígena e sua capacidade de produzir conhecimento situado.

De forma complementar, Gloria Anzaldúa (1987) propõe a fronteira como espaço de reinvenção identitária, onde surgem subjetividades híbridas que desafiam dicotomias coloniais. Seu conceito de *mestizaje* valoriza as identidades múltiplas e convida à desconstrução de dualismos por meio da ressignificação simbólica e epistêmica dos corpos racializados:

Como todas as pessoas, percebemos a versão da realidade que nossa cultura comunica. Como outros que têm ou vivem em mais de uma cultura, recebemos mensagens múltiplas, muitas vezes opostas. O encontro de dois quadros de referência autossuficientes, mas habitualmente incompatíveis, causa um choque, uma colisão cultural. (p. 78)

Assim, ao transitar entre culturas distintas, pesquisadores/as vivenciam tensões provocadas por referências e valores conflitantes, uma experiência típica de espaços liminares, onde as fronteiras entre identidades e culturas se tornam difusas (Anzaldúa, 1987).

2. Caminhos metodológicos

Diante dessas abordagens, propomos analisar a produção científica recente desenvolvida em universidades portuguesas, com o intuito de compreender de que forma os saberes indígenas têm sido representados, tensionados ou incorporados no espaço universitário. Com base nesse objetivo, optamos por uma revisão sistemática de teses de doutoramento produzidas ao longo de 10 anos (2013–2023) em Portugal, permitindo mapear essas dinâmicas e avaliar em que medida as perspectivas críticas, descoloniais e transfronteiriças discutidas até aqui se refletem na produção acadêmica sobre populações indígenas. Com base em Ferenhof e Fernandes (2016), esse tipo de revisão configura-se como uma estratégia metodológica consistente para compreender o estado do conhecimento, bem como para identificar tendências, lacunas e possibilidades de avanço no campo.

A análise das teses possibilita observar como determinadas temáticas (como identidade, saúde, educação e direitos) têm sido abordadas na academia portuguesa, revelando tanto os focos predominantes quanto os aspectos historicamente negligenciados. Ao situar essas escolhas dentro do contexto da mobilidade acadêmica e das disputas epistemológicas, buscamos compreender em que medida essas produções reproduzem, tensionam ou superam narrativas coloniais ainda presentes no campo científico.

2.1. Desenvolvimento do protocolo e seleção dos estudos

Com base nessa proposta metodológica, procedemos à identificação e seleção das teses que compõem o corpus deste estudo. A busca ocorreu em maio de 2024, no Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal, a partir dos descritores indígena, índio¹ e originário no título, assunto, descrição e texto integral. A delimitação do período abrangeu os anos de 2013 a 2023.

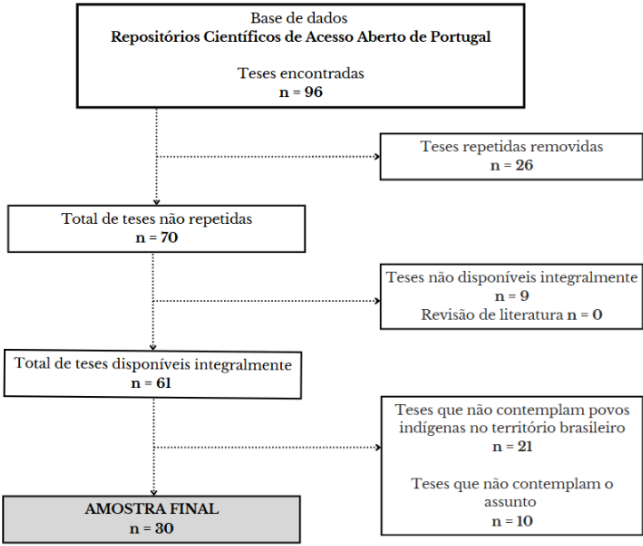
Os critérios de inclusão foram: teses produzidas em parceria entre universidades do Brasil e Portugal ou apenas em universidades de Portugal, completamente disponíveis, estudos no idioma português, teses empíricas de todas as áreas do conhecimento, teses que se referem a povos indígenas no território brasileiro. Os critérios de exclusão foram: teses duplicadas, teses não disponíveis integralmente, teses que não contemplam o assunto especificado neste estudo e revisões teóricas.

A Figura 1 apresenta o protocolo seguido para a triagem e seleção das teses, adaptado do modelo PRISMA (Page et al., 2021). Esse protocolo possibilitou um processo de refinamento do *corpus*, para que apenas estudos alinhados aos objetivos da pesquisa fossem incluídos. Como ilustrado, a busca inicial resultou

¹ Consideramos o termo “índio” pejorativo e carrega conotações colonialistas; no entanto, ele foi utilizado nesta pesquisa devido ao seu uso histórico e recorrência em registros acadêmicos, incluindo as teses analisadas. Essa escolha visa buscar a precisão dos descritores originais, apesar de seu caráter problemático e colonial na contemporaneidade.

em 96 teses, das quais 26 foram removidas por duplicação, nove não disponíveis integralmente, 21 teses que não se referiam a povos indígenas no Brasil e 10 teses que não contemplavam o assunto. Após a triagem, o *corpus* final constituiu-se de 30 teses de doutoramento (ver Anexo I).

FIGURA 1
Protocolo de revisão sistemática adaptado do protocolo PRISMA



Fonte: Fluxograma elaborado pelas autoras com base no modelo PRISMA (*Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses*; Page et al., 2021).

2.2. Categorias de análise

A categorização dos estudos seguiu a abordagem proposta por Petticrew e Roberts (2006) em *Systematic Reviews in the Social Sciences: A Practical Guide*, que nos dizem:

It may be helpful to break the process down into three steps: (i) organizing the description of the studies into logical categories; (ii) analyzing the findings within each of the categories; and (iii) synthesizing the findings across all included studies. (p. 170)

Com base nessa orientação metodológica, definimos as categorias de análise a partir do referencial teórico deste estudo, assegurando a coerência entre os conceitos discutidos e a interpretação de dados empíricos. A escolha das categorias considerou sua capacidade de revelar aspectos estruturais e dinâmicos da produção acadêmica sobre povos indígenas no contexto da mobilidade transatlântica. Assim, buscamos explorar as interações entre saberes, as dinâmicas globais e o reconhecimento de identidades plurais, aspectos que consideramos fundamentais para atingir os objetivos propostos e realizar uma análise crítica e

abrangente. As categorias adotadas são: mobilidade transatlântica, perspectivas críticas e emergentes, e saberes transfronteiriços.

2.2.1. Mobilidade transatlântica e suas implicações

Contextualização: Essa examinou como as experiências de mobilidade influenciam a produção de conhecimento sobre povos indígenas, abordando as lacunas identificadas na literatura existente. A partir dessa perspectiva, a análise se concentrou no:

- **Impacto nas escolhas temáticas:** Como as experiências de mobilidade impactam as pesquisas? Essa questão abrange como diferentes contextos culturais influenciam as escolhas temáticas em suas pesquisas sobre povos indígenas.
- **Fortalecimento de colaborações:** De que forma as colaborações transnacionais fortalecem ou diversificam as pesquisas sobre povos indígenas? Esse eixo examina como o intercâmbio de conhecimentos contribui para uma maior visibilidade das vozes indígenas, possibilitando a hibridização de práticas e ideias que desafiam paradigmas científicos hegemônicos.

2.2.2. Perspectivas críticas e emergentes

Contextualização: Esta categoria explora abordagens teóricas e epistemológicas que desafiam as estruturas tradicionais de produção de conhecimento, com foco nas dinâmicas globais e pós-coloniais que moldam as relações de poder:

- **Transformações sociais e culturais:** Como a escolha epistemológica molda a pesquisa sobre os povos indígenas? A análise examina como essas escolhas podem perpetuar a marginalização dos povos indígenas ou, alternativamente, destacar as formas de resistência e resiliência que surgem como resposta a essas pressões.
- **Reflexão teórico-metodológica:** Como as teorias críticas e emergentes influenciam as escolhas metodológicas dos/as pesquisadores/as e as representações das comunidades indígenas? Busca compreender como as metodologias descoloniais rompem com as hierarquias epistemológicas, centralizando as vozes indígenas e desafiando as estruturas de poder da ciência moderna.

2.2.3. Saberes transfronteiriços

Contextualização: Esta categoria analisa os saberes indígenas que transitam entre fronteiras nacionais, questionando como esses conhecimentos são reconhecidos e integrados na academia. Essa categoria propõe investigar:

- **Priorização de saberes indígenas:** Quais os saberes indígenas priorizados nas pesquisas acadêmicas realizadas em Portugal? A análise aborda as desigualdades nas representações e vozes.

- **Integração de saberes tradicionais:** Como a incorporação de saberes tradicionais nas metodologias de pesquisa contribui para um entendimento mais inclusivo e representativo das vozes indígenas? Esta investigação pode destacar práticas colaborativas que favorecem o reconhecimento e a valorização das epistemologias indígenas dentro do espaço acadêmico.

3. Resultados

A análise das 30 teses de doutoramento defendidas entre 2013 e 2023 (ver Anexo I) demonstra uma diversidade de áreas do conhecimento, refletindo o interesse acadêmico em diferentes dimensões dos estudos indígenas. Destacam-se as produções em Educação, Antropologia, Meio Ambiente e Políticas Públicas, que concentram a maior parte das pesquisas. Além disso, os estudos abordam temas como saúde indígena, disputas territoriais, representações culturais e políticas públicas, evidenciando abordagens interdisciplinares e um esforço contínuo para compreender a complexidade das relações entre povos indígenas e sociedade, conforme apresentada na Tabela 1:

TABELA 1

Distribuição das teses por área do conhecimento

Área de conhecimento	Número de teses
Educação	4
Antropologia	4
Meio Ambiente e Políticas Públicas	4
Artes	4
História	3
Saúde Pública	2
Direito	2
Sociologia	2
Pós-colonialismo e Cidadania Global	2
Relações Interculturais	1
Turismo	1
Estudos Contemporâneos	1

Fonte: Elaborada pelas próprias autoras.

Os dados indicam uma forte concentração de estudos em campos interdisciplinares, com 16 das 30 teses analisadas pertencendo às áreas de Educação, Antropologia, Meio Ambiente e Artes. Esse padrão reflete a crescente preocupação acadêmica com aspectos sociais, culturais e ambientais dos povos indígenas.

No campo da Educação, há testes que analisam a escola indígena sob uma perspectiva bilíngue e intercultural, explorando políticas educacionais, práticas pedagógicas, currículo, materiais didáticos e a formação docente. Algumas pesquisas destacam o papel da literatura infantil indígena na promoção da educação multicultural.



Na Antropologia e Museologia, as pesquisas se concentram em práticas culturais indígenas, patrimônio imaterial, cinema indígena, territorialidade e representações museológicas. Além disso, há estudos que problematizam o papel da antropologia na produção de conhecimento sobre povos indígenas, discutindo as relações entre pesquisadores e comunidades.

Os estudos em Sociologia e Ciências Políticas focam em disputas territoriais, institucionalização de direitos e identidade indígena, analisando tanto os processos de inclusão e exclusão dos indígenas nas políticas públicas quanto suas estratégias de resistência frente às estruturas de poder.

A saúde indígena é outro campo relevante, com pesquisas sobre políticas públicas, práticas tradicionais de cuidado e os desafios enfrentados no acesso a serviços de saúde. Esses estudos frequentemente dialogam com a Saúde Pública e a Antropologia da Saúde, examinando os impactos das políticas sanitárias sobre as populações indígenas.

As teses voltadas para Meio Ambiente e Políticas Públicas analisam a relação entre povos indígenas e a gestão ambiental, abordando o conhecimento ecológico tradicional, práticas sustentáveis e os impactos de grandes projetos, como desmatamento e exploração de recursos naturais, sobre os territórios indígenas.

A Universidade de Coimbra destaca-se com 10 teses, sendo a maior produtora, seguida das universidades de Lisboa e Aveiro, com cinco e quatro teses, respectivamente. Universidades como Madeira, Trás-os-Montes e Alto Douro contribuíram com uma tese cada. Entre as teses analisadas, 13 foram desenvolvidas em colaboração entre universidades portuguesas e instituições brasileiras, por meio de parcerias institucionais que incluem cotutela, coorientação e financiamentos de agências como CAPES e CNPq. As universidades mais envolvidas nessas colaborações são Coimbra, Aveiro e Lisboa, refletindo um fortalecimento dos vínculos acadêmicos entre Brasil e Portugal. A Universidade de Coimbra participa em quatro teses, enquanto a Universidade de Aveiro aparece em três, especialmente em pesquisas voltadas para questões culturais e ecológicas. Outras instituições, como a Universidade Nova de Lisboa, a Universidade da Beira Interior e a Universidade de Évora, também mantêm colaborações acadêmicas com universidades brasileiras, abrangendo temáticas diversas, como Educação, Comunicação, História e Artes.

4. Análise/Discussão

A seguir, apresentamos a distribuição das teses pelas categorias de análise, buscando identificar como elas se articulam na produção acadêmica e quais são os desafios e avanços que esse campo de pesquisa tem demonstrado.

TABELA 2
Distribuição de teses por categorias de análise

Categoria	Teses que convergem
Mobilidade transatlântica	1, 2, 8, 12, 14, 15, 18, 19, 22, 27, 28, 29, 30
Perspectivas críticas e emergentes	3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 20, 26, 27, 29
Saberes transfronteiriços	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 20, 23, 24, 26, 27, 29

Fonte: Elaborada pelas próprias autoras.

A categoria *Mobilidade Transatlântica* abrange pesquisas que envolvem intercâmbios acadêmicos e colaborações institucionais entre Brasil e Portugal, muitas das quais viabilizadas por convênios e financiamentos de agências como CAPES e CNPq. Essas colaborações refletem o fortalecimento de redes acadêmicas, possibilitando a circulação de pesquisadores/as e a troca de referenciais teóricos entre os dois países.

As *Perspectivas Críticas e Emergentes* reúnem teses que incorporam abordagens teóricas e metodológicas críticas, questionando narrativas tradicionais e propondo modelos descoloniais de análise. Essas pesquisas evidenciam um esforço por parte dos/as autores/as em desconstruir paradigmas hegemônicos e incluir perspectivas emergentes no estudo dos povos indígenas.

Já os *Saberes Transfronteiriços* representam a presença de conhecimentos indígenas que ultrapassam fronteiras nacionais e culturais, enriquecendo-se em diferentes contextos. Essa categoria, que inclui a maior quantidade de teses, evidencia a preocupação da pesquisa científica quanto aos saberes indígenas e sua integração com metodologias acadêmicas tradicionais. Essa convergência reflete uma tentativa de construir pontes entre epistemologias indígenas e ocidentais, embora haja desafios para evitar a diluição ou neutralização das vozes indígenas.

Observa-se que as três categorias apresentam uma interseção significativa, com muitas teses aparecendo em mais de uma delas, indicando a articulação de múltiplas dimensões nos estudos realizados. Assim, seguindo a segunda etapa, de acordo com Petticrew e Roberts (2006), procedemos à análise dentro de cada categoria.

4.1. Mobilidade transatlântica

O campo de estudos sobre os povos indígenas do Brasil e sua relação com a mobilidade transatlântica revela uma diversidade de abordagens teóricas e metodológicas. Dos 30 trabalhos analisados, 13 foram desenvolvidos no contexto da mobilidade acadêmica, sugerindo que essa dinâmica desempenha um papel relevante na produção de conhecimento sobre o tema. Além disso, as colaborações entre Brasil e Portugal apresentam escolhas temáticas diversas e abordagens interdisciplinares, com maior incidência nas Ciências Humanas e na Saúde.

A mobilidade transatlântica nessas pesquisas ocorre por meio de diferentes formas de cooperação entre universidades portuguesas e brasileiras, incluindo coorientações, intercâmbios acadêmicos e financiamentos de pesquisa. O apoio de agências como CAPES e CNPq tem sido fundamental para viabilizar essas interações, promovendo a internacionalização da pesquisa sobre povos indígenas e fortalecendo redes acadêmicas entre os dois países. Um exemplo é a tese “*A cidade das palavras (insubmissas): Comunicação popular e globalização compartilhada*” (N. Rocha, 2021), desenvolvida em coorientação entre Brasil e Portugal e que analisa processos de resistência política indígena em contextos urbanos.

Destacam-se a Universidade de Coimbra e a Universidade de Aveiro, que lideram a produção acadêmica em parceria com instituições brasileiras. Essa concentração sugere que ambas possuem tradição consolidada

nos estudos sobre colonialismo e mobilidade transatlântica, o que pode explicar seu protagonismo na formação de pesquisadores/as voltados/as às questões indígenas. A Universidade de Aveiro, por exemplo, abriga a tese “*O Conhecimento Ecológico Tradicional e o Uso da Terra por uma Comunidade Indígena na Amazônia Brasileira*” (Lacerda, 2021), desenvolvida com apoio da CAPES e voltada à valorização dos saberes ecológicos tradicionais.

No âmbito teórico, Mary Louise Pratt (1992) dialoga com as ideias de “modernidade fragmentada” (Gilroy, 1993) e “identidade fragmentada” (Hall, 1990) ao introduzir o conceito de transculturação. No contexto da mobilidade transatlântica entre Brasil e Portugal, pesquisadores/as inserem-se em um processo de transculturação acadêmica, no qual os saberes indígenas, frequentemente interpretados a partir de uma perspectiva ocidental e colonial, podem ser ressignificados, oferecendo resistência à homogeneização imposta pela modernidade colonial. A tese “*Cinema Indígena: Memória, Território e Resistência*” (Fernandes, 2019), por exemplo, explora essa dimensão ao analisar a produção audiovisual indígena como forma de reapropriação simbólica e epistêmica.

Esses estudos têm o potencial de desafiar representações coloniais históricas, reivindicando não apenas o reconhecimento dos povos indígenas, mas também a amplificação de suas narrativas, evidenciando sua complexidade, diversidade e autonomia. No entanto, essa dinâmica pode reproduzir estruturas de poder assimétricas caso as categorias e metodologias ocidentais utilizadas não sejam questionadas criticamente.

Um dos principais desafios identificados é a ausência de autorias indígenas entre as teses defendidas nestes dez anos. Apesar do avanço na diversidade e no volume das pesquisas, essa lacuna evidencia a necessidade de maior inclusão de vozes indígenas no processo acadêmico. Incorporar perspectivas internas e vivenciais não apenas conferiria maior legitimidade às narrativas apresentadas, mas também promoveria um deslocamento epistemológico fundamental para a descolonização do conhecimento.

4.2. Perspectivas críticas e emergentes

A análise das teses evidencia a centralidade dos métodos qualitativos, como a etnografia e os estudos de caso, como ferramentas centrais para integrar as comunidades indígenas ao processo de pesquisa. Nesse cenário, o uso de práticas de pesquisa decoloniais, como nas teses “*Manancial Missionário: A Ancestralidade Indígena e Processos Museológicos em São Miguel das Missões, Rio Grande do Sul, Brasil*” (Gondim, 2023), “*Numiã Kura: As Lutas das Artesãs no Amazonas*” (Santos, 2017), “*Para Descolonizar a Diferença: As Trajetórias de Indígenas Urbanos Brasileiros na Defesa de suas Identidades e na Construção de um Estado Intercultural*” (G. Rocha, 2020) ganha ainda mais importância, pois valoriza as narrativas indígenas, e também contribui para a construção de um campo acadêmico mais justo e plural.

A inclusão de autores como Ailton Krenak e Davi Kopenawa na tese “*Conversas com a Natureza Através dos Pigmentos das Plantas: O Processo Criativo com Anthotype*” (Pinheiro, 2023) é particularmente significativa, ambos oferecem reflexões profundamente enraizadas nas experiências e cosmologias indígenas, desafiando a colonialidade do saber. Krenak, ao destacar a necessidade de repensar a relação entre

humanidade e natureza, e Kopenawa, com sua perspectiva crítica sobre o impacto da modernidade nos povos indígenas, oferecem fundamentos essenciais para compreender o *Bem-viver*, que também aparece na tese “*Vendo a Floresta por trás das Árvores: Governança Climática Policêntrica na Amazônia*” (de Wit, 2022), como um conceito indígena, que propõe alternativas às lógicas ocidentais de progresso e desenvolvimento.

A pedagogia crítica de Paulo Freire, na tese “*A Formação Continuada de Professores(as) da Educação Rural*” (Melo, 2023) integrada às epistemologias do sul e estudos decoloniais, reforça a ideia de que o processo educativo deve ser transformador e colaborativo, privilegiando o diálogo entre diferentes formas de conhecimento. Essa perspectiva encontra eco também na tese “*Currículo, Educação Escolar Indígena e Sociodiversidade: Dos Referentes às Percepções dos Intervenientes*” (Sousa, 2020), que defende uma abordagem transdisciplinar capaz de lidar com a complexidade das questões indígenas, e em Gilles Deleuze e Félix Guattari, na tese “*Retomada Cultural Pataxó: Do Aldeamento Cultural à Indianidade Antropofágica*” (Rolim, 2020), cuja filosofia oferece ferramentas para pensar a resistência e a criação de novos modos de existência diante das pressões homogeneizantes da globalização. O uso nessa tese da arqueologia foucaultiana contribui com ferramentas para desconstruir as bases discursivas e históricas que sustentam a marginalização desses povos, oferecendo um olhar crítico sobre como os saberes foram moldados por relações de poder.

A integração da história oral, na tese “*Arte Kadiwéu: Processos de Produção, Significação e Ressignificação*” (Müller, 2018), amplamente utilizada em metodologias qualitativas, permite a recuperação de memórias e narrativas marginalizadas, trazendo para o centro do debate as vozes e experiências das comunidades indígenas. Estudos feministas e epistemologias pós-coloniais, como Susana Viegas, que aparece na tese “*Numiã Kura: As Lutas das Artesãs no Amazonas*” (Santos, 2017), ampliam esse debate ao destacar as interseções entre gênero, colonialidade e epistemologia, lembrando que as experiências indígenas também precisam ser compreendidas a partir de suas diversidades internas. Essas perspectivas enriquecem as análises ao trazerem um olhar crítico para as dinâmicas de representação e subalternidade, além de desafiar a ciência moderna a considerar as epistemologias indígenas como legítimas e centrais (Mignolo, 2015).

4.3. Saberes transfronteiriços

Diversas teses analisadas demonstram um movimento de valorização das culturas indígenas, reconhecendo suas línguas, narrativas e práticas como formas legítimas de produção de conhecimento. Ao serem integrados a propostas educativas e metodológicas, esses saberes dialogam com processos de apagamento histórico e com a persistência de representações estereotipadas no meio acadêmico (Smith, 2019). Quando atravessam fronteiras geográficas e disciplinares, contribuem para a formação de redes epistêmicas mais plurais. Por exemplo, estudos dedicados ao patrimônio cultural evidenciam trocas significativas entre indígenas e não indígenas, posicionando os povos indígenas como atores globais, cujas epistemologias oferecem respostas relevantes para desafios contemporâneos, como as crises climática e ambiental.

Essa circulação de saberes e vozes em contextos híbridos evoca a noção de fronteira como espaço de criação e negociação identitária proposta por Gloria Anzaldúa (1987). Nas teses analisadas, emergem

práticas que operam nesse “entre-lugar” epistêmico, onde diferentes racionalidades se encontram, revelando tanto possibilidades de reinvenção quanto os limites impostos pelas estruturas institucionais.

A tese “*A Infância e Educação das Crianças Indígenas Guarani Mbyá*” (E. Silva, 2019), por exemplo, apresenta um esforço de inclusão das vozes indígenas na construção curricular. Contudo, ao depender da mediação de formadores externos, acaba por limitar a autonomia epistêmica das comunidades envolvidas, reafirmando a crítica de Mignolo (2005).

Outro exemplo relevante é a tese “*Por um Plano sem Plano: Cinema e Patrimônios Mbya-Guarani*” (Fernandes, 2019), que explora a mídia indígena como meio de expressão cultural. No entanto, à luz da crítica de Pratt (1992), pode ser interpretada como uma apropriação parcial das narrativas indígenas, confinadas ao contexto representacional sem transformação estrutural. De forma complementar, a tese “*Currículo, Educação Escolar Indígena e Sociodiversidade: Dos Referentes às Percepções dos Intervenientes*” (Sousa, 2020) analisa a integração dos saberes indígenas ao currículo escolar em contextos educativos específicos. O trabalho destaca avanços relevantes no reconhecimento cultural promovido por educadores/as indígenas e por diretrizes educacionais locais. No entanto, ao analisarmos a proposta curricular descrita na tese, observamos que ela permanece, em grande parte, ancorada em molduras epistemológicas já estabelecidas pela tradição ocidental. Essa constatação não se refere à limitação da própria pesquisa, mas aponta para os condicionamentos estruturais do campo educacional em que tais experiências se inserem. Essa tensão entre valorização cultural e enquadramento institucional ilustra um dos principais desafios enfrentados por propostas que buscam incorporar saberes indígenas no espaço escolar sem reproduzir lógicas hegemônicas.

Dessa forma, algumas teses destacam avanços na representatividade, por exemplo, em como o uso de cinema e literatura infantil indígena como ferramentas pedagógicas pode ajudar a construir narrativas mais inclusivas e visibilizar vozes indígenas no espaço acadêmico e cultural e ao defender que a integração de línguas indígenas em currículos bilíngues é um passo importante para a revalorização cultural.

Ainda assim, mesmo metodologias colaborativas (como etnomapeamento e produção de materiais didáticos) tendem a permanecer vinculadas a paradigmas ocidentais que reconhecem os saberes indígenas apenas quando moldados por critérios científicos tradicionais. Nesse contexto, a crítica de Pratt (1992) é pertinente: a transculturação ocorre, mas o resultado é muitas vezes uma apropriação funcional que mantém os saberes indígenas em posição subalterna.

Apesar dos avanços, as teses revelam limites persistentes, pois muitos dos deslocamentos epistemológicos ainda ocorrem dentro de estruturas hegemônicas, conforme aponta a crítica decolonial e a noção de colonialidade do saber (Mignolo, 2005). Temáticas como saúde indígena, patrimônio cultural, cinema, educação infantil e escolar, currículo bilíngue, e sociobiodiversidade são frequentemente priorizadas por apresentarem interfaces mais diretas com os campos da representação cultural e ecológica. No entanto, essa ênfase evidencia uma tendência de enquadrar os saberes indígenas em moldes que dialogam com os marcos da ciência ocidental, sem necessariamente romper com as suas lógicas. Como aponta Mignolo (2005), esses saberes frequentemente são tratados como um complemento funcional ao saber acadêmico, sem autonomia epistêmica.

Além disso, observa-se a ausência de abordagens que considerem os saberes indígenas como sistemas complexos e completos de conhecimento – como epistemologias jurídicas, filosóficas ou científicas – o que revela uma hierarquia subjacente na forma como esses saberes são legitimados. Áreas mais “assimiláveis”, como língua, cultura e ecologia, tendem a receber maior atenção, enquanto outras, que poderiam tensionar de modo mais incisivo os paradigmas hegemônicos, permanecem sub-representadas.

5. Lacunas e avanços na produção acadêmica sobre Povos Indígenas em Portugal

Com base nessas categorias de análise, identificamos as principais tendências, avanços e lacunas presentes nas teses analisadas. Na sequência, apresentamos os dados que evidenciam esses elementos, oferecendo uma visão mais abrangente sobre os avanços e desafios da produção acadêmica voltada aos povos indígenas em Portugal.

TABELA 3
Tendências, lacunas e avanços

Tendências	Lacunas	Avanços
1. Crescente interdisciplinaridade, com predominância das áreas de Educação, Antropologia, Artes e Meio Ambiente. 2. Fortalecimento das colaborações luso-brasileiras, com aumento de parcerias entre universidades portuguesas e brasileiras, revelando uma intensificação da mobilidade acadêmica transatlântica. 3. Ênfase em metodologias qualitativas e colaborativas, com uso recorrente de etnografia e história oral, com tentativas de inclusão das vozes indígenas no processo de pesquisa. 4. Incorporação de temas como governança climática, espiritualidade, políticas públicas, direito indígena e sociodiversidade, ampliando o campo tradicional de estudos sobre povos indígenas. 5. Adoção de referenciais críticos e descoloniais, como autores/as indígenas e do Sul Global.	1. Ausência de autorias indígenas nas teses analisadas, evidenciando um desafio na inclusão de vozes indígenas no campo acadêmico. 2. Predominância de perspectivas ocidentais na abordagem dos saberes indígenas, com limitações na autonomia epistêmica desses conhecimentos. 3. Pouca presença de estudos que abordam saberes indígenas como sistemas completos de conhecimento (epistemologias jurídicas, filosóficas, científicas). 4. Ênfase maior em aspectos culturais e ecológicos, enquanto temas como autodeterminação política e estruturas de poder são sub-representados. 5. Limitações na transformação estrutural dos saberes indígenas na academia, com risco de os incorporar sem alterar os marcos epistemológicos dominantes.	1. Crescimento do uso de referenciais teóricos críticos e emergentes, como decolonialidade, pensamento fronteiriço e transculturação. Esse crescimento é perceptível tanto no aumento do número de teses que utilizam esses referenciais teóricos quanto na ampliação das áreas do conhecimento que incorporam esses debates. 2. Expansão do diálogo entre saberes indígenas e ocidentais, promovendo novas epistemologias híbridas e colaborativas. 3. Uso de cinema, literatura infantil indígena e arte como ferramentas pedagógicas para ampliar a representatividade indígena. 4. Integração de conceitos indígenas como 'Bem Viver' e governança climática em debates acadêmicos. 5. Maior presença de metodologias participativas, buscando centralizar as vozes indígenas no processo de pesquisa.

Fonte: Feito pelas próprias autoras.

A sistematização apresentada na Tabela 3 evidencia que, embora se observe um avanço na valorização dos saberes indígenas e na adoção de abordagens críticas, colaborativas e interdisciplinares, ainda persiste uma tensão entre o reconhecimento dessas epistemologias e sua real inserção nos marcos institucionais da academia.

6. Considerações finais

Os resultados indicam que a mobilidade transatlântica tem um impacto significativo na produção acadêmica sobre povos indígenas em Portugal. O número de teses defendidas nesse campo sugere um fortalecimento das colaborações entre universidades portuguesas e brasileiras, impulsionado por programas de cotutela, coorientação e financiamento de agências como CAPES e CNPq. Essa mobilidade amplia o alcance das pesquisas sobre conhecimentos indígenas no espaço acadêmico europeu, influenciando tanto as temáticas abordadas quanto as escolhas metodológicas e a incorporação de referenciais teóricos críticos.

A relação entre mobilidade transatlântica e pesquisa sobre povos indígenas evidencia tanto avanços quanto desafios. Por um lado, o intercâmbio acadêmico possibilita a circulação de saberes e a valorização de epistemologias indígenas dentro do contexto universitário português. Por outro, a análise revela uma ausência significativa de autoria indígena, indicando que, apesar do crescimento da temática, as pesquisas ainda são conduzidas majoritariamente por não indígenas, o que pode limitar a autonomia epistêmica desses saberes.

Além disso, embora o conjunto das teses analisadas revele uma ampliação das abordagens teóricas – com destaque para os estudos decoloniais, pós-coloniais e epistemologias do Sul (Mignolo, 2005; Said, 2011; Spivak, 2014) –, ainda é perceptível uma tendência de enquadrar os saberes indígenas dentro de moldes acadêmicos tradicionais. Isso reforça a crítica de Linda Tuhiwai Smith (2019), ao apontar como o conhecimento indígena é frequentemente instrumentalizado sem o devido reconhecimento de sua autonomia e centralidade epistêmica.

A partir da discussão dos resultados, é possível concluir que há aproximações importantes com o que denominamos perspectivas críticas e emergentes, especialmente na adoção de metodologias colaborativas, na incorporação de autores indígenas e no uso de conceitos como o Bem Viver, a governança climática e a sociodiversidade. No entanto, essas perspectivas ainda operam em tensão com os limites estruturais da academia. Da mesma forma, a valorização dos saberes transfronteiriços (que ultrapassam fronteiras nacionais, disciplinares e epistemológicas) aparece como uma tendência promissora, mas que ainda carece de uma efetiva reconfiguração das relações de poder e das lógicas de validação científica. A mobilidade transatlântica, nesse sentido, atua como vetor ambivalente: ao mesmo tempo em que promove circulação de saberes e expansão de parcerias, pode também reproduzir formas sutis de colonialidade se não estiver acompanhada de uma escuta efetiva, de uma abertura epistemológica e de uma redistribuição de vozes no processo de produção do conhecimento.

Por fim, constatamos que a mobilidade transatlântica apresenta um enorme potencial para promover a descolonização do saber e afirmar a legitimidade dos povos indígenas como sujeitos epistêmicos. No entanto,

isso exige mais do que reconhecimento: é necessário criar condições institucionais, políticas e epistemológicas que permitam que essas vozes não apenas participem, mas também reformulem os modos de fazer ciência, as práticas de pesquisa e as narrativas que moldam o campo acadêmico. Deslocar os saberes indígenas da posição de objeto de estudo para a de perspectivas fundantes implica construir uma ciência verdadeiramente comprometida com a justiça epistêmica global.

Financiamento: Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito da bolsa de doutoramento da primeira autora com a ref.º 2022.12124.BD (<https://doi.org/10.54499/2022.12124.BD>); pela Bolsa PDSE - Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior - Edital nº 44/2022- Seleção 2023, Processo 88881.846755/2023-01, da segunda autora; e pela FCT através do financiamento plurianual do CPUP (UID/00050/2020) e do CIIIE (UIDB/00167/2020; UIDB/00167/2020; e UID/00167:Centro de Investigação e Intervenção Educativas).

Referências bibliográficas

- Amaral, Marcelo P. (2010). Política pública educacional e sua dimensão internacional: Abordagens teóricas. *Educação e Pesquisa*, 36(n. especial), 39–54.
- Anzaldúa, Gloria (1987). *Borderlands / La frontera: La nueva mestiza*. Spinsters/Aunt Lute.
- Du Bois, W. E. B. (1970). *The souls of the black folk*. Vintage Books. (Trabalho original publicado em 1903)
- Ferenhof, Helio A., & Fernandes, Roberto F. (2016). Desmistificando a revisão de literatura como base para redação científica: Método SSF. *Revista ACB*, 21(3), 550–563. <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1194>
- Gilroy, Paul (1993). *The Black Atlantic: Modernity and double consciousness*. Harvard University Press.
- Hall, Stuart (1990). *Cultural identity and diaspora*. Routledge.
- Mignolo, Walter D. (2005). *The idea of Latin America*. Blackwell Publishing.
- Mignolo, Walter (2013). Geopolítica de la sensibilidad y del conocimiento: Sobre (de) colonialidad, pensamiento fronterizo y desobediencia epistémica. *Revista de Filosofía*, 74, 7-23.
- Mignolo, Walter (2015). *Habitar la frontera: Sentir y pensar la descolonialidad (Antología, 1999-2014)*. Edicions Bellaterra.
- Page, Matthew J., McKenzie, Joanne E., Bossuyt, Patrick M., Boutron, Isabelle, Hoffmann, Tammy C., Mulrow, Cynthia D., Shamseer, Larissa, Tetzlaff, Jennifer M., Akl, Elie A., Brennan, Sophie E., Chou, Roger, Glanville, Julie, Grimshaw, Jeremy M., Hróbjartsson, Asbjørn, Lalu, Manoj M., Li, Tianjing, Loder, Elizabeth Wager, Mayo-Wilson, Evan, McDonald, Steve, ... Moher, David. (2021). The PRISMA 2020 statement: An updated guideline for reporting systematic reviews. *BMJ*, 372(71). <https://doi.org/10.1136/bmj.n71>
- Pratt, Mary Louise (1992). *Imperial eyes: Travel writing and transculturation*. Routledge.
- Petticrew, Mark, & Roberts, Helen (2006). *Systematic reviews in the social sciences: A practical guide*. Blackwell.
- Said, Edward (2011). *Cultura e imperialismo*. Companhia das Letras.
- Smith, Linda T. (2019). *Descolonizando metodologías: Pesquisa e povos indígenas* (J. Leite, Trad.). Vozes.
- Spivak, Gayatri C. (2014). *Pode o subalterno falar?* UFMG.

Tabela das teses de doutoramento analisadas

Nº	Título	Ano	Palavras-chave	Universidade	Campo do conhecimento
1	Rocha, D. F. da As lutas indígenas em contextos de injustiças e conflitos ambientais; vida, saúde e mobilizações dos povos tupinikim e Guarani Mbyá no Norte do Espírito Santo	2017	Saúde indígena; População indígena; Conflitos ambientais; Participação social; Políticas públicas	Cotutela entre Universidade de Coimbra e Fundação Oswaldo Cruz	Saúde pública
2	Fernandes, R. L. Por um plano sem plano: Cinema e patrimónios Mbya-Guarani	2019	Cinema indígena; Património indígena; Mbya-Guarani	Universidade Nova de Lisboa, Instituto Universitário de Lisboa e coordenação de docente da Fundação Getúlio Vargas	Antropologia e Museologia
3	Silva, E. R. da A infância e a educação das crianças indígenas Guarani Mbyá	2019	Infância; Educação indígena; Guarani Mbyá; Escola indígena	Universidade de Coimbra	Estudos contemporâneos
4	Sales, M. da L. L. A literatura infantil indígena como meio de promoção da educação multicultural: A intervenção didática em uma escola de Belém (Brasil)	2019	Educação multicultural; Escola; Literatura infantil indígena; Cultura indígena; Discriminação racial	Universidade de Évora	Ciências da Educação
5	Sousa, M. L. J. de Currículo, educação escolar indígena e sociodiversidade: Dos referentes às perceções dos intervenientes	2020	Currículo; Educação indígena; Sociodiversidade	Universidade do Minho	Ciências da Educação
6	Melo, M. G. de A formação continuada de professores(as) da educação rural	2023	Interculturalidade; Formação; Educação rural; Escolarização indígena; Classe multisseriada	Universidade Aberta	Relações interculturais

Nº	Título	Ano	Palavras-chave	Universidade	Campo do conhecimento
7	Cabral, M. de F. S. de F. Práticas educativas interculturais como inovação pedagógica na Escola indígena Pedro Ferreira de Queiroz, Ibimirim, Pernambuco, Brasil	2015	Práticas educativas interculturais; Inovação pedagógica; Escola indígena; Etnografia; Prática pedagógica; Identidade étnica; Brasil Ciências da Educação - Inovação Pedagógica	Universidade da Madeira	Ciências da Educação
8	Galdencio, J. da S. O saber indígena Kaingang: Historiografia, etnociência e educação científica	2021	Saberes indígenas; Kaingang; Etnociência; Etnopráticas; História da Ciência; Ensino de Ciências; Ensino de Química	Cotutela entre Universidade de Coimbra e Universidade Tecnológica Federal do Paraná	História das Ciências e Educação Científica
9	Ribeiro, M. do P. S. N. Territorialidade e práticas educativas: Vozes que (re)significam a identidade cultural do território de uma terra indígena urbana	2018	Antropologia cultural; Antropologia da educação; Cultura urbana; Minorias étnicas; Identidade cultural; Estratégias educativas; Memória cultural; Amazonas - Brasil	Instituto Universitário de Lisboa	Antropologia

Nº	Título	Ano	Palavras-chave	Universidade	Campo do conhecimento
10	Gondim, V. L. Manancial missioneiro: A ancestralidade indígena e processos museológicos em São Miguel das Missões, Rio Grande do Sul, Brasil	2023	Doutoramento em Museologia; Museologia; Povos indígenas; Rituais; Museografia; São Miguel das Missões; Brasil; Índios Guarani	Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias	Museologia
11	Coimbra, A. C. G. Educação escolar indígena e saberes tradicionais	2020	Educação; Identidade; Interculturalidade; Pipipã de Kambixuru; Saberes tradicionais	Universidade da Beira Interior	Educação
12	Silva, M. R. da Estratégias de sobrevivência dos índios Tembê da Terra Indígena Alto Rio Guamá (TIARC), Estado do Pará, Brasil, na era dos créditos de carbono	2016	Gestão dos recursos humanos; Alto Rio do Guamá (Estado do Pará, Brasil); Meio ambiente; Antropologia	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e coorientação de docente da Universidade Federal do Pará	Gestão
13	Neves, L. J. de O. Volta ao começo: Demarcação emancipatória de terras indígenas no Brasil	2013	Povos indígenas; Terras indígenas; Demarcação de "Terras Indígenas"; Estado nação e povos indígenas; Institucionalização das realidades étnicas	Universidade de Coimbra	Sociologia

Nº	Título	Ano	Palavras-chave	Universidade	Campo do conhecimento
14	Lacerda, V. D. O conhecimento ecológico tradicional e o uso da terra por uma comunidade indígena na Amazônia brasileira	2021	Conhecimento ecológico tradicional; Gestão de terras; Povos indígenas; Amazônia brasileira; Vulnerabilidade socioambiental	Universidade de Aveiro. Financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq	Território, Risco e Políticas Públicas
15	Müller, A. M. Arte Kadiwéu: Processos de produção, significação e ressignificação	2018	Produção; Etnicidade; Significação e ressignificação; Brasil; Mato Grosso do Sul; Índios Kadiwéu	Universidade de Coimbra e coorientação com docente da Universidade Federal da Grande Dourados	Antropologia
16	Santos, J. S. dos Numiã kura: As lutas das artesãs no Amazonas	2017	Artesãs indígenas; Lutas; Amazonas; Subjetivações feministas emergentes	Universidade de Coimbra	Sociologia
17	Rocha, G. de F. F. Para descolonizar a diferença: As trajetórias de indígenas urbanos brasileiros na defesa de suas identidades e na construção de um Estado intercultural	2020	Indígenas nas cidades; Indigenismo brasileiro; Tradução intercultural; Fronteiras; Pós-colonialismos	Universidade de Coimbra	Pós-colonialismo e Cidadania Global
18	Leal, T. B. Poetizando a história nacional: Ficcionalização da história e método historiográfico em José de Alencar	2014	José de Alencar, 1829–1877 - E a história; Literatura brasileira - séc.19 - História e crítica Literatura e história; História - Na literatura	Universidade de Lisboa e coorientação com docente da Universidade Federal do Ceará	História

Nº	Título	Ano	Palavras-chave	Universidade	Campo do conhecimento
19	Cunha, M. J. dos S. Os Jesuítas no Espírito Santo 1549-1759: Contactos confrontos e encontros	2015	Jesuítas; Espírito Santo; Capitania; Ameríndios; Missões; Aldeias; Fazendas	Universidade de Évora e coorientação com docente da Universidade Federal do Espírito Santo	Teoria Jurídico Política e Relações Internacionais
20	Rolim, E. B. M. Retomada cultural Pataxó: Do aldeamento cultural à indianidade antropofágica	2020	Retomada; Cultura; Território	Universidade de Coimbra	Antropologia
21	Oliveira, F. F. de Perspectivas alteritárias do pensamento jurídico ibérico quinhentista: Padre Manuel da Nóbrega e a defesa da liberdade dos índios do Brasil	2021	Manuel da Nóbrega; Segunda Escolástica; Direito quinhentista; Escravidão voluntária; Alteridade	Universidade de Lisboa	Direito
22	Martins, U. M. O. Turismo cultural e gastronómico no Brasil: Nas rotas da tapioca em Fortaleza	2016	Turismo; Turismo cultural - Fortaleza (Brasil); Turismo gastronómico	Universidade de Aveiro. Financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES	Turismo
23	Andrade, R. I. L. de Aplicação de sistemas de informação geográfica à análise de vulnerabilidades socioambientais causadas pelo uso e ocupação de áreas de influência fluvial na Amazônia Brasileira	2021	Amazónia; Impacto socioambiental; Sistema de informação geográfica; Tabatinga; Vulnerabilidade e risco	Universidade do Minho	Geografia
24	Marques, F. D. Famílias envelhecidas: Percursos e diversidade	2013	Gerontologia; Envelhecimento; Família; Pessoas idosas	Universidade de Aveiro	Gerontologia e Geriatria
25	Grizoste, W. F. Os Timbiras: Os paradoxos antiépicos da Ilíada Brasileira	2014	Indianismo; Antiépico	Universidade de Coimbra	Poética e Hermenêutica

Nº	Título	Ano	Palavras-chave	Universidade	Campo do conhecimento
26	de Wit, F. C. A. Vendo a floresta pelas árvores: Governança climática policêntrica na Amazônia	2022	Alterações climáticas; Justiça epistêmica; Amazônia; Pluriverso	Universidade de Lisboa e Universidade Nova de Lisboa	Alterações climáticas e políticas de desenvolvimento sustentável
27	Rocha, N. J. dos R. A cidade das palavras (insubmissas): Comunicação popular e globalização compartilhada	2021	Palavras insubmissas; Comunicação compartilhada; Posseiras e posseiros; Transição paradigmática; Cerradania	Universidade de Coimbra e coorientação de docente da universidade do Estado do Pará	Pós-colonialismo e Cidadania Global
28	Lima, P. P. Canções de fogo: A apreensão de saberes através da performance da escuta no contexto da União do Vegetal	2016	Música - Etnomusicologia; Etnomusicologia; Interpretação musical; Rituais; Fonogramas	Universidade de Aveiro e coorientação de docente na Universidade do Estado do Pará	Música - Etnomusicologia
29	Pinheiro, D. C. da S. Conversas com a Natureza através dos pigmentos das plantas: O processo criativo com anthotype	2023	Anthotype; Fotografia; Processo criativo; Agroecologia; Hibridismo	Universidade da Beira Interior e coorientação de docente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Media Artes
30	Moura, D. A. de Prevenção à sífilis a partir de sujeitos e saberes locais: Proposta de um modelo de educomunicação em cocriação com indígenas Potiguara	2022	Educomunicação; Sífilis Não (projeto); Sífilis; Populações indígenas; Doenças sexualmente transmissíveis; Lifelong learning; AVASUS; Brasil	Universidade Aberta, Universidade do Algarve e coorientação com docente da Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Mídia - Arte Digital

Fonte: Elaborado pelas autoras.